



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

532

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 14/07/1998
C	<i>Stolnuttino</i>
	Rubrica

Processo : 10680.007296/96-93
Acórdão : 203-03.575

Sessão : 15 de outubro de 1997

Recurso : 102.144

Recorrente : EMBRAFOR - EMPRESA BRASILEIRA DE FORNECIMENTO LTDA.

Recorrida : DRJ em Belo Horizonte - MG

COFINS - INSURGIMENTO CONTRA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL- Impossível recorrer diante de decisão definitiva. Recurso a que se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: EMBRAFOR - EMPRESA BRASILEIRA DE FORNECIMENTO LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Daniel Corrêa Homem de Carvalho.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1997

Otacílio Dantas Cartaxo
Presidente

~~Francisco Mauricio R. de Albuquerque Silva~~
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues, Francisco Sérgio Nalini, Renato Scalco Isquierdo, Mauro Wasilewski e Sebastião Borges Taquary.

fclb/



Processo : 10680.007296/96-93

Acórdão : 203-03.575

Recurso : 102.144

Recorrente : EMBRAFOR - EMPRESA BRASILEIRA DE FORNECIMENTO LTDA.

RELATÓRIO

Trata de Auto de Infração (fls. 02/04) exarado contra a contribuinte acima identificada, pela falta de recolhimento da COFINS totalizando o crédito no período 03/96 a 12/94 de 1.830.722,77 UFIRs e no período 01/95 a 05/96 de R\$ 970.990,07.

Às fls.116/137, os Advogados Nelson Xisto Damasceno e Simone Gisele Fernandes Coelho oferecem Impugnação protocolizada em 23.08.96, com o argumento de que mesmo tendo o STF decidido pela constitucionalidade da COFINS, nada impede, seja a mesma conhecida e decidida. Critica a aceitação do efeito vinculante dessa decisão, porquanto transforma o Supremo Tribunal Federal em tribunal de exceção, o que é vedado pelo inciso XXXVII do art. 5º da CF/88.

Continua, mencionando o inciso III, “a” do Art. 150, onde cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início de vigência das leis que os houver instituído ou aumentado, é proibido, para alegar que a decisão do STF, por analogia a esse texto constitucional, somente poderá ser aplicada aos fatos geradores que vierem a ocorrer após a publicação do v. scórdão.

Diz também que os efeitos da decisão proferida em Ação Declaratória de constitucionalidade, são de afirmação da constitucionalidade, quando a decisão é pela procedência da ação. Quando é pela improcedência, a decisão retroage à data da publicação, visto que a lei inconstitucional não produz qualquer efeito, ao passo que no caso de procedência, tendo a decisão os efeitos próprios de lei, em decorrência do efeito vinculante, faz com que a decisão retroaja a fatos pretéritos, alcançando apenas fatos futuros ocorridos após a publicação da decisão.

Concluindo esse tema, diz que admitir-se o alcance da decisão do STF para fatos geradores anteriores a publicação do acórdão, seria jogar por terra o princípio geral de direito e o consenso universal dos doutrinadores de que não há supremacia entre as normas de uma mesma Constituição.

Outro aspecto abordado na Impugnação diz respeito a que não poderiam ser objeto de Ação Declaratória de Constitucionalidade, leis editadas anteriormente à publicação da Emenda Constitucional nº 3, e sendo a LC nº 70/91 anterior.



Processo : 10680.007296/96-93

Acórdão : 203-03.575

Conclui alegando ter demonstrado a inconstitucionalidade da COFINS, e pedindo o cancelamento do lançamento e arquivamento do Auto de Infração.

Às fls. 147/149, o Julgador singular julga procedente a ação fiscal sob os fundamentos de que a Impugnação centra-se basicamente na inconstitucionalidade da cobrança da COFINS e que, sobre o assunto já se pronunciou a Coordenação do Sistema de Tributação através do Parecer Normativo CST nº 329/70, que nega a possibilidade na esfera administrativa, de ser examinada a argüição de inconstitucionalidade, “por transbordar os limites de sua competência o julgamento da matéria.”

Às fls. 153/154, oferece Recurso voluntário onde reitera as razões expendidas na Impugnação e apenas adiciona que, pelo fato de negar-se a examinar aspectos constitucionais, a Autoridade fez nascer o cerceamento de defesa que nos termos insculpidos na constituição deve ser amplo e, termina por requerer o exame de todas as questões articuladas, sob pena de nulidade do processo fiscal administrativo.

Às fls. 156/157, o Ilustre Procurador da Fazenda Nacional oferece as Contra-Razões ao Recurso, dizendo não existir *in casu* cerceamento de defesa, vez que o princípio segundo o qual as leis editadas pelo legislativo são, em tese, constitucionais e devem ser aplicadas pela Administração Pública, obrigam os órgãos administrativos a aplicar as normas.

Diz ser da competência do Judiciário o exame da constitucionalidade ou não das leis, sendo a via administrativa fórum inadequado para dirimir tais questões.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10680.007296/96-93
Acórdão : 203-03.575

VOTO DO CONSELHEIRO FRANCISCO MAURÍCIO R. DE ALBUQUERQUE E SILVA

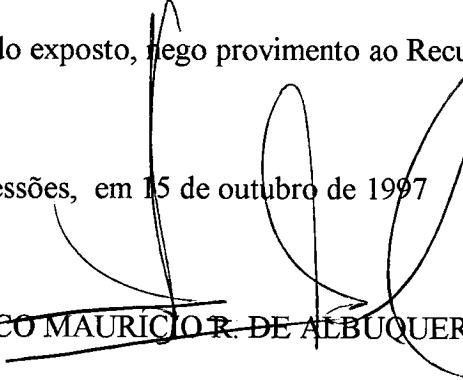
O Recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

Na conformidade do art. 102 da Magna Carta, é da exclusiva competência do Supremo Tribunal federal, a guarda da Constituição.

Evidencia-se no caso presente, insurgimento contra decisão do Supremo Tribunal Federal, o que no Brasil é impossível, por representar aquela Egrégia Corte a suprema e última instância para casos como o dos autos. Portanto, cerceamento de defesa não ocorreu, visto que, a matéria articulada pela recorrente está decidida por quem de direito e, evidentemente alcançando todos os fatos geradores não prescritos, porque vigeu sem interrupção a Lei Complementar nº 70/91, desde a sua edição.

Em razão do exposto, nego provimento ao Recurso.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1997


FRANCISCO MAURÍCIO R. DE ALBUQUERQUE SILVA